



**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DA ROTATÓRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 38ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2020, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO** – Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a CPI da Rotatória, que tem por objeto a apuração de danos e irregularidades da construção da rotatória na Avenida Frei Florentino e da elevação da Rua Capitão Heliodoro Mariano, com a presença dos Vereadores Carlos Herbert Salomão, Fernando Lucrécio Coluce, José Maria Dias, Mário Donizetti Menezes e Roberto Teodoro. Foi declarada aberta a reunião pelo Presidente Roberto Teodoro. Em seguida a leitura e discussão da ata da reunião anterior foi submetida aos membros, e sua dispensa foi aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva das testemunhas Jorge Luís de Oliveira, vizinho das vítimas e da obra, e Jair da Silva Sobrinho, Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico. Logo após, o Presidente leu as instruções das oitivas aos membros e convidou o depoente Jorge Luís de Oliveira, para que ocupasse o local reservado às testemunhas, mas como ela não estava presente, o Presidente convidou o Senhor Jair da Silva Sobrinho para que ocupasse o lugar. Após, o Presidente falou ao depoente sobre a seriedade do procedimento e destacou seu compromisso em dizer somente a verdade. Em seguida, respeitando a ordem alfabética, passou a palavra ao membro Carlos Herbert Salomão. Inicialmente, o membro perguntou ao depoente se o Conselho de Patrimônio Histórico do município de Muzambinho autorizou a retirada dos paralelepípedos para a construção da rotatória; o depoente disse que sim, e que na reunião em que o conselho deu a autorização, o arquiteto da Prefeitura, Sr. Evandro, estava presente e apresentou o projeto da obra. Disse também que, no dia da reunião, estavam presentes sete, dos dez membros do conselho. Prosseguiu dizendo que o Conselho tomou a decisão de autorizar a retirada das pedras, por ouvir moradores reclamando do grande número de acidentes, e pela estética do local. Falou, também, que levou a questão à Promotoria do município, e que não houve nenhuma manifestação em contrário por parte do Ministério Público. O membro Carlos Herbert, então, perguntou se o Promotor havia dado algum parecer sobre o assunto, e o depoente respondeu que deixara os documentos com a sua assessora, e que não houve contato direto com o Promotor. Em seguida, o membro Carlos Herbert disse que não havia mais perguntas. Após, o Presidente da Comissão perguntou ao depoente se ele tinha em mãos, o número de acidentes ocorridos no local, com seus respectivos boletins de ocorrência, sendo que o depoente respondeu que não havia nenhum documento, apenas o relato das pessoas. Em seguida, o Presidente perguntou qual representante do Legislativo estava na reunião em que a autorização de retirada dos paralelepípedos foi concedida, e o depoente disse que o Vereador Daniel Ferraz estava presente, pois ocupava o cargo de suplente. O Presidente perguntou, então, se constava a assinatura do Vereador em ata, e o depoente disse que não. Após, o Presidente perguntou se os membros foram convidados para a reunião, e se havia protocolo nos ofícios, e o depoente disse que sim. O Presidente, então, pediu ao depoente para que encaminhe os ofícios de convocação à Comissão. Após, o Presidente passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce para que ele iniciasse seus questionamentos. Inicialmente, o relator

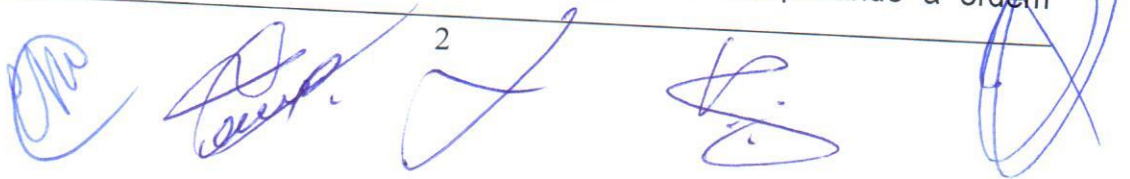
1





**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

perguntou quanto tempo leva o procedimento de destombamento de um bem, e o depoente respondeu, explicando as causas que podem motivar a revogação do tombamento de um bem. Após, o relator perguntou se os paralelepípedos retirados haviam sido destombados, e o depoente respondeu que não, que as pedras apenas foram retiradas do local, mas que ainda são patrimônio histórico, e que estão guardadas no almoxarifado do município. Após, o relator perguntou se o projeto apresentado pelo arquiteto Evandro era, de fato, um projeto arquitetônico ou um croqui, e o depoente respondeu que acreditava ser um croqui. Em seguida, o relator perguntou quais eram os outros membros que estavam presentes na reunião, além do Vereador Daniel Eduardo Ferraz, e o depoente respondeu que ele próprio estava presente, como presidente, além da senhora Amanda Moraes, senhor Diego Augusto Pires, senhor Evandro José Pinto, senhora Amanda Cassia Moura de Almeida e senhora Simone Aparecida Martins. Logo após, o relator perguntou se o depoente havia conversado pessoalmente com o Promotor, a respeito da retirada das pedras, e o depoente respondeu que falou apenas com a assessora do Promotor. Em seguida, o relator perguntou ao depoente se o Conselho pediu permissão ao CONEP-Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, para retirar as pedras, e o depoente respondeu que não, e explicou dizendo que o destombamento foi feito a nível municipal, o que significa que todas as decisões acerca do assunto dizem respeito apenas a deliberações do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico. Após, o relator disse que não havia mais perguntas. Em seguida, o Presidente perguntou ao depoente em qual data foi realizada a reunião para autorização da retirada dos paralelepípedos, e o depoente respondeu que foi em cinco de março de dois mil e dezoito. Após, o Presidente passou a palavra ao membro José Maria Dias para que iniciasse suas indagações. A princípio, o membro perguntou ao depoente se ele havia levado o croqui para o Promotor, e ele respondeu que não levou nenhum documento, apenas informou o que seria feito à sua assessora. Após, o membro perguntou se existe algum parecer do Ministério Público autorizando a retirada dos paralelepípedos, e o membro disse que não. Em seguida, o membro perguntou ao depoente sobre quem fez a solicitação da retirada das pedras, e o depoente respondeu que havia sido o departamento de obras. Após, o membro disse que não havia mais perguntas a serem feitas por sua pessoa. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes, que optou por não fazer nenhuma indagação. Em seguida, o membro Carlos Herbert pediu para fazer uma pergunta, e após anuência do Presidente, perguntou ao depoente se o Ministério Público entrou com alguma ação judicial contra o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico por terem retirado as pedras, e o depoente respondeu que se havia ação judicial, ele não tinha conhecimento. Após, o Presidente agradeceu e dispensou a testemunha. Em seguida, o Presidente colocou em votação aos membros, quanto ao depoimento nesta reunião, da Senhora Maria da Penha Silva que havia sido convocada na reunião anterior e não pôde comparecer e, por isso, gostaria de dar seu depoimento. Todos os membros foram favoráveis. O Presidente, então, convidou a Senhora Maria da Penha para que ocupasse o local das testemunhas, e falou sobre a seriedade do procedimento, destacando o compromisso da depoente de dizer somente a verdade. Respeitando a ordem

 2





**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

alfabética, o Presidente passou a palavra ao membro Carlos Herbert Salomão para que iniciasse seus questionamentos. A princípio, o membro perguntou se a depoente estava ali para falar sobre o mérito do assunto, ou apenas para justificar a sua ausência, e a depoente respondeu que queria falar sobre o assunto. Em seguida, o membro perguntou se a depoente entrou com uma ação judicial contra a Prefeitura, e ela respondeu que sim. O membro perguntou, então, se foi feito algum acordo, e a depoente respondeu que sim. Após, o membro perguntou se a Prefeitura estava cumprindo o acordo, e a depoente respondeu que não. O membro, então, perguntou se o prazo para o cumprimento do acordo já tinha acabado, e a depoente respondeu que sim, e que as ações da Prefeitura a respeito dele estão paradas desde antes do Natal, e que o prazo acabou em outubro. Após, o membro perguntou o que a Prefeitura tinha feito no local, e a depoente respondeu que fez apenas uma rampa. O membro perguntou, então, qual foi o acordo feito entre a depoente e a Prefeitura, e ela respondeu que a Prefeitura se comprometeu a arrumar a lateral de sua casa, e deixar como estava antes do início da obra. O membro, então, perguntou o motivo pelo qual a depoente não compareceu à última reunião, na qual foi convidada para depor, e a depoente respondeu que não compareceu por motivos de saúde. Em seguida, o membro disse não ter mais nenhuma pergunta a ser feita. O Presidente da Comissão, então, passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce para que iniciasse seus questionamentos. Inicialmente, o relator perguntou à depoente se ela é proprietária de um imóvel na Rua Capitão Heliodoro Mariano, e ela respondeu que sim. Após, o relator perguntou se a depoente possui registro do imóvel, e ela respondeu que possui. Em seguida, o relator perguntou desde quando ela tem o registro, e a depoente disse que o possui desde o ano de dois mil e dez. Prosseguindo, o relator perguntou se a Prefeitura apresentou algum documento quando afirmou que a depoente havia invadido o terreno da municipalidade e ela respondeu que não. Em seguida, o relator perguntou se algum funcionário da Prefeitura a procurou para apresentar o projeto da obra ou explicar o que seria feito, e a depoente respondeu que não. Após, o relator perguntou se os funcionários da Prefeitura apresentaram à depoente, um projeto de como faria sua garagem que fora danificada com a obra, e ela respondeu que não. O relator, então, perguntou se a depoente sabia da existência de algum projeto para execução da obra, e a depoente respondeu que não. Em seguida, o relator perguntou à depoente se após o término da obra de elevação da Rua Capitão Heliodoro Mariano, sua casa havia apresentado danos, e a depoente respondeu que sim, e que sua casa apresentava muitas rachaduras. Disse também que quando o acordo com a Prefeitura foi feito, seu imóvel estava com problemas apenas na parte lateral, mas que após o acordado, apareceram mais rachaduras pela casa, além do quintal ter afundado. O relator disse não ter mais perguntas. O Presidente da Comissão, então, passou a palavra ao membro José Maria Dias. Inicialmente, o membro perguntou há quanto tempo a depoente mora em Muzambinho, e há quanto tempo está no imóvel que foi danificado, e a depoente respondeu que mora em Muzambinho há trinta anos, e que está há dez anos no atual imóvel. O membro, então, perguntou há quanto tempo as trincas apareceram, e a depoente respondeu que apareceram após o término da obra. Em seguida, o membro perguntou o que os funcionários da Prefeitura responderam à





**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

depoente quando ela os procurou para relatar o que estava acontecendo com o seu imóvel, e ela disse que se comprometeram a arrumar a lateral de sua casa e fazer nova garagem, mas que não cumpriram com o acordo, e nada foi feito além de uma rampa. Após, o membro perguntou à depoente, o motivo de ter interrompido o acordo, e ela disse quem interrompeu foi o Prefeito, pois os funcionários simplesmente pararam a obra. Em seguida, o membro perguntou à depoente se sua casa havia sido interditada e ela respondeu que sim, pelo Corpo de Bombeiros. O membro, então, perguntou se a depoente mora sozinha, e ela disse que sim. O membro perguntou se ela tem medo, e a depoente disse que sim. O membro, em seguida, perguntou à depoente, qual o valor imobiliário de seu imóvel antes da obra, e ela respondeu que era de seiscentos e cinquenta mil reais. O membro perguntou, então, se a depoente sabe qual o valor atual do imóvel, e ela respondeu que não sabia. Em seguida, o membro perguntou se a Defesa Civil cumpriu com o laudo do Corpo de Bombeiros, e a depoente disse que sim, que queriam interditar a sua casa. O membro perguntou, então se a Prefeitura ofereceu moradia a ela, e ela disse que não, e que por isso não saiu da casa, pois não tem condições de pagar um aluguel que corresponda a seu imóvel. Por fim, o membro perguntou se algum funcionário da Prefeitura esteve na casa da depoente no dia da interdição pelo Corpo de Bombeiros e se tinham conversado, e a depoente respondeu que o arquiteto Evandro estava no local, e disse que ele disse ao bombeiro que ela poderia ficar na casa, e que o bombeiro perguntou se o funcionário era engenheiro para garantir que a casa não cairia, e ele disse que não, mas que garantia que a casa não iria cair. O membro disse não haver mais perguntas. O Presidente, então, passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes. Inicialmente, o membro perguntou se a depoente tinha entrado com alguma medida judicial pelo não cumprimento do acordo por parte da Prefeitura, ou se estava aguardando que eles voltassem à obra. A depoente respondeu que nada havia sido feito, e que os danos não se limitavam mais à parte lateral da casa, mas sim a toda essa estrutura. Após, o membro perguntou se a depoente estava disposta a negociar novamente com a Prefeitura, ou se preferia entrar com novas medidas judiciais, e ela respondeu que a casa tem que ser refeita, pois os danos aumentaram. Disse também, que não quer fazer novas negociações com a Prefeitura. O membro disse não ter mais perguntas. Em seguida, o Presidente perguntou se a situação da casa piorou depois do acordo feito, e a depoente disse que sim. Após, o Presidente agradeceu a presença da depoente e a dispensou. Em seguida, o Presidente convidou o Senhor Jorge Luís de Oliveira para que ocupasse o local reservado às testemunhas, explicou a seriedade do procedimento e destacou seu compromisso em dizer somente a verdade. Respeitando a ordem alfabética, o Presidente passou a palavra ao membro Carlos Herbert Salomão para que iniciasse seus questionamentos. Inicialmente, o membro perguntou quantos metros há entre a casa do depoente e a elevação da rua, e o depoente respondeu que cerca de trinta metros. Em seguida, o membro perguntou se há rachaduras no imóvel do depoente, e ele disse que não. Após, o membro perguntou há quanto tempo o depoente mora no local, e ele disse que há mais de dez anos. Prosseguindo, o membro perguntou ao depoente, se ele julgava necessária a obra feita, e o depoente respondeu que sim, pois antes havia muitos problemas com o





**CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

trânsito. O membro, em seguida, perguntou se há problemas com entupimento de esgoto na rua, e o depoente respondeu que sim, que uma vez a sua garagem até foi inundada, mas que o problema já foi sanado pela Prefeitura. O membro, então, disse que não tinha mais perguntas a fazer, e o Presidente passou a palavra ao relator Fernando Lucrécio Coluce. Inicialmente, o relator perguntou se o depoente via engenheiros no local da obra, e ele respondeu que sempre via funcionários da Pavidez a da Prefeitura no local. Disse também que não saberia falar com precisão, pois quase não fica em casa, e que, como a obra não o afetou em nada, ficou alheio ao que estava acontecendo. Em seguida, o relator perguntou se tinha muitos acidentes no local antes da obra ser feita, e o depoente respondeu que sim, e que já presenciou dois ou três. O relator perguntou, então, se em frente à sua casa, a rua havia sido alargada, e o depoente disse que sim, e que o trânsito melhorou muito com isso. Após, o relator perguntou ao depoente se o Prefeito o procurou para falar sobre a obra, e o depoente respondeu que sim. Em seguida, o relator perguntou se o depoente acreditava que sua casa havia valorizado financeiramente, e o depoente respondeu que sim. Prosseguindo, o relator perguntou se algum vizinho reclamou da obra para o depoente, e este respondeu que prefere não falar sobre a situação dos vizinhos, pois estava preocupado apenas com a frente de sua própria casa. Logo após, o relator perguntou se o depoente viu um rolo compactador da Prefeitura na obra, e o depoente disse que viu apenas o da Empresa Pavidez. O relator disse não ter mais perguntas, e o Presidente passou a palavra ao membro José Maria Dias. Inicialmente, o membro perguntou se o depoente teve acesso ao projeto da obra, e ele respondeu que não, pois não tinha interesse. Em seguida, o membro perguntou ao depoente se ele acompanhou a obra, e o depoente disse que sim. Logo após, o membro perguntou se ele viu quem demoliu a casa do senhor Sílvio Gonçalves, e o depoente falou que não viu. O membro então, perguntou se ele realmente havia acompanhado a obra, e o depoente respondeu que só quando estava em casa, e que não tinha muitas informações. Prosseguindo, o membro perguntou ao depoente se ele presenciou os funcionários da Prefeitura na demolição do imóvel anteriormente citado, e ele disse que não sabia, mas que os viu na construção do muro. O membro declarou não ter mais perguntas, e o Presidente passou a palavra ao membro Mário Donizetti Menezes, que perguntou ao depoente se ele sentiu alguma trepidação em seu imóvel enquanto a obra estava sendo feita, e o depoente respondeu que sim, mas que acreditava ser normal por se tratar de uma obra dentro da cidade. O membro, então, perguntou se sua casa teve algum dano, e o depoente respondeu que não. Em seguida, o membro declarou não ter mais perguntas. Após, o Presidente agradeceu ao depoente e o dispensou. Nada mais havendo a se tratar, o Presidente convocou os demais membros para a próxima reunião que será realizada no dia 5 de fevereiro de 2020, no mesmo local, às 9 horas, em que serão ouvidos os técnicos como testemunhas, Senhor Alexandre Minchilo, Senhor Dilmar Rondinelli e Senhor Otávio Henrique Domingos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito e pelos demais componentes, publicada no quadro/mural do Legislativo e no sítio oficial da Câmara Municipal.